



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

BRANDT, Marlon

Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso
comum da terra

História (São Paulo), vol. 34, núm. 1, enero-junio, 2015, pp. 303-322

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221039756016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra

Free livestock breeding in Santa Catarina’s mixed ombrophylous forest: landscape and common use of land

Marlon BRANDT

Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó

Contato: marlon.brandt@uffs.edu.br

Resumo: Este artigo discute o uso comum da terra no planalto de Santa Catarina, buscando demonstrar de que forma essa prática, e em especial a criação de porcos “à solta”, modelou a paisagem dos espaços rurais dominados pela Floresta Ombrófila Mista, até a primeira metade do século XX. Com base na memória de antigos moradores, é possível afirmar que a criação de animais, além de conservar morfologicamente a paisagem florestal, era uma prática costumeira e uma importante fonte de renda para diversas famílias da região. Essa forma de uso da terra passa a se desestruturar com a inserção de uma nova dinâmica socioespacial, representada pela apropriação privada da terra, colonização e devastação das florestas.

Palavras-chave: uso comum da terra; paisagem; Floresta Ombrófila Mista.

Abstract: This article discusses the common use of land on the Santa Catarina highlands, aiming to demonstrate in what manner this practice, especially the free livestock breeding, has shaped the rural landscapes, dominated by Mixed Ombrophylous Forest, until the first half of the 20th century. Based on memory of old inhabitants it is possible to say that the livestock breeding, besides morphologically maintaining the forest landscape, it was an usual practice and an important income source for many families in this region. This form of using the land started to lose its structure with the insertion of a new socio-spatial dynamics represented by the private appropriation of land, colonization and deforestation.

Keywords: Common use of land; landscape; mixed ombrophylous forest.

Introdução

Este artigo discute o uso comum da terra no planalto de Santa Catarina e como essa prática, em especial a criação de porcos “à solta”, modelou a paisagem dos espaços rurais dominados pela Floresta Ombrófila Mista até meados da primeira metade do século XX, na região compreendida pelo município de Fraiburgo e cidades vizinhas. Com base na memória de antigos moradores,

procura-se demonstrar que a criação de animais em comum, além de conservar morfologicamente a paisagem florestal, era uma prática costumeira e uma importante fonte de renda para diversas famílias da região.

Práticas relacionadas ao usufruto em comum da terra e dos recursos naturais instituídos por comunidades para geração de benefícios mútuos e manejo de recursos disseminaram-se em diversos espaços no Planeta. É provável que muitas formas tenham desaparecido ou assumido novas feições, como apontam McKean e Ostrom (2001, p. 87): “na medida em que as comunidades tradicionais optaram por outras relações ambientais, particularmente à luz de mudanças tecnológicas”. Em muitos casos esses regimes sofreram ou vêm sofrendo com a legislação, que desconsidera essa forma de regime de propriedade ou uso da terra, além da interferência ou inserção de pessoas externas a determinada comunidade ou região. A inserção desses elementos externos podem promover a desarticulação das redes sociais do lugar e a desagregação dos espaços de uso comum da terra, através do cercamento, da destruição ambiental ou da expropriação dos moradores.

No Brasil são inúmeros os exemplos de áreas de uso comum, e é vasta a sua distribuição espacial, cujo uso, conforme Almeida (2004, p. 12), aparece “combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária”, envolvendo variadas atividades produtivas, como o extrativismo, a agricultura e atividades de criação de animais. Verifica-se nesses espaços a existência de uma rede complexa de elementos naturais e humanos, cuja interação reflete na paisagem. Esta, vista como a materialização da ação humana ao longo do tempo, detém não somente uma dimensão espacial, mas também histórica, que para Santos (2004, p. 54-56) apresenta-se como uma “combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais”.

Determinada pelas formas preexistentes, a paisagem seria, dessa maneira, o resultado da acumulação de atividades que expressam uma imbricada relação envolvente de diferentes objetos e ações em variadas escalas temporais. Assim, analisar a presença de sujeitos que partilham experiências na construção de uma paisagem implica não apenas descrever o ambiente e os modos de vida de suas populações. O que se procura, como destaca Claval (2004, p. 71), é compreender “as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem”.

1 - Construindo paisagens: dualidade campo/floresta no povoamento do planalto catarinense

A dualidade campo/floresta da vegetação no planalto Sul do Brasil levou a diferentes formas de ocupação do espaço, resultando-se diferentes paisagens. Até a chegada dos europeus, a região era ocupada por grupos indígenas dos grupos Kaigáng, Xocleng e Guaraní, quando então passou a ser alvo de incursões de jesuítas e, mais tarde, de bandeirantes provenientes da província de São Paulo

à procura de alguma forma de riqueza, incluindo a escravização dos indígenas. Essa paisagem passou a ser modificada pela ação do homem principalmente com a ocupação portuguesa na primeira metade do século XVIII, que marcou a formação das primeiras fazendas pastoris nas áreas de campos e a abertura dos caminhos de tropas destinados ao transporte de gado muar, bovino e cavalar, interligando por terra o Rio Grande do Sul ao Sudeste e às regiões mineradoras.

Dominava nos campos uma economia de caráter pastoril, com baixa ocupação demográfica, em que a ação humana na paisagem se fazia perceber nas áreas de campos, principalmente pela presença de rebanhos, enquanto nas áreas de capões ou de transição com a floresta encontravam-se lavouras e queimadas para a abertura de novos sítios de pastagem. Nesse contexto, a floresta representava um espaço marginal para a economia predominante, “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado (LAGO, 1988, p. 264).

Assim, as áreas dominadas pela Floresta Ombrófila Mista às margens das propriedades pastoris em Santa Catarina surgiram como um espaço possível de ocupação, principalmente a partir do final da primeira metade do século XIX, quando as principais áreas de campos já haviam sido apropriadas para a criação de gado. Como agentes desta expansão espacial, encontravam-se ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros em buscas de novas terras, partindo principalmente das áreas situadas ao leste, nos campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto a noroeste e oeste partiam dos campos de Guarapuava e Palmas, no Paraná (MACHADO, 2004). Nesse contexto de ocupação, campos e florestas representavam não apenas paisagens distintas, mas também diferentes modos de vida e possibilidades de independência dos laços até então costurados com as fazendas das áreas de campos. Ao se instalar nas novas terras, os ocupantes poderiam viver da criação de animais, da extração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) nas áreas onde ela existisse, da caça, da pesca e da agricultura de subsistência.

Autores como Arruda (1999, p. 81) destacam que o modo de povoamento empreendido pelos portugueses no Brasil ao longo do período colonial foi um dos responsáveis pela formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio, em que tanto sua ocupação quanto a utilização dos recursos naturais se devem às influências indígenas e ao caráter cíclico e irregular do povoamento. No planalto sulino em geral, onde aconteceram as primeiras incursões europeias, parte do conhecimento indígena foi assimilado pelos invasores, sendo fundamental na construção e adaptação ao novo meio. Heranças as quais se inserem mais tarde nas influências africanas, amalgamadas posteriormente pela população local, formando seu conjunto de explicações e representações da natureza.

Durante o processo de povoamento da Floresta Ombrófila Mista, as sucessivas levas populacionais passaram a adotar, ressignificar e construir práticas sociais e espaciais condizentes

com o meio e desenvolveram o conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos. Esse conjunto de práticas sociais e espaciais deu origem ao sistema de uso da terra que Queiroz (1981) denominou “roça cabocla”, formada, de acordo com Renk (2006, p. 107), a partir da adoção de “uma prática costumeira de dividir as terras em terras de plantar e terras de criar”.

Nas áreas destinadas ao cultivo, que compunham as “terras de plantar”, ocorria uma policultura com rotação de terras que, conforme Queiroz (1981 p. 36), estabeleciam no milho “o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia”. Cultivavam por desmatamento e queima da floresta para, em seguida, instalar a roça sob rotação de terras. Esse método, popularmente conhecido como coivara, quando praticado em regiões de baixa densidade demográfica, com possibilidade de amplos intervalos de descanso da floresta, representava, conforme Moran (2009, p. 21), “um método sensato e barato para obter produtos vitais”, pois, por ser praticado em pequenas dimensões, permitia uma recomposição mais fácil do solo pela absorção de suas cinzas.

As “terras de criar” eram compostas por praticamente toda a propriedade ou posse e abrangiam a floresta e pequenas áreas de campos. Nestas, a criação de animais “à solta” era uma prática recorrente, com os animais de diferentes proprietários compartilhando os mesmos espaços. As divisas entre as propriedades e as posses eram feitas por marcos naturais, sem emprego de cercas, o que permitia a ampla mobilidade dos animais e persistiu até o início da colonização. Isso fica evidenciado em depoimentos de moradores, como José Lindolfo Cordeiro Leite (2005), ex-criador de animais, a respeito da criação à solta:

[...] naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas [...] não tinham cerca, nada, que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação era tudo junto, uns criavam porco outros criavam gado. E era tudo misturado. Era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meu Deus do céu. Então da nossa fazenda nós vínhamos para pegar animal [...] ali na Liberata, e às vezes noutras partes. [...] Às vezes levava mês para a gente achar. Naquele tempo tinha tudo que era criação.

Sebastião Celso Abrão (2005), ex-criador, também ressalta a ausência de cercas nas divisas das terras de posses ou legalizadas:

Era tudo em aberto, tinha a propriedade, tinha um poteirinho para fechar um cavalo, mas era tudo em aberto. [...] Só o marco na época, cada um sabia onde era a divisa. E todo ano era retocada a divisa, roçada para não desaparecer. Ia de um marco para outro e limpava. Eu passava para o terreno do outro, passavam no meu terreno, ninguém ligava. Tudo em aberto.

Nas áreas compreendidas pela “roça cabocla” eram cercados não os espaços de criação, mas sim os destinados ao cultivo, que compreendiam as “terras de plantar”, para evitar a invasão de animais. Após a abertura da roça, esta poderia ser cercada com tábuas lascadas de pinheiros, os chamados rachões. Outras técnicas mais simples eram adotadas, como a trincheira, como expõe Sebastião Celso Abrão (2005): “fechava a roça para os porcos não entrarem, fazia cerca em roda. Na época fechava de trincheira, nem era de rachão, fazia uma coivara na roça”. As imensas araucárias existentes também poderiam ser aproveitadas de outra forma que não a fabricação de rachões para cercar a plantação. Segundo Sebastião Andrade dos Santos (2006), filho e neto de grandes proprietários de terra em Fraiburgo, elas poderiam ser aproveitadas inteiras, apenas derrubando algumas árvores escolhidas para delimitar o perímetro da roça:

[...] a minha família, vi eles derrubando pinheiro, mas pinheiro de um metro, um metro e meio de diâmetro, derrubavam um pinheiro com a copa de um no toco do outro, fechavam uma área e faziam roça, roça de milho, de feijão e plantavam também abóbora, aipim, essas coisas. Mais no sistema indígena mesmo, roça de queimada. Para cercar o próprio boi, o próprio porco era feita essa cerca para os animais não entrarem.

A criação de animais “à solta” era uma prática possível em um espaço que apresentava vastas extensões de floresta e uma baixa ocupação demográfica, onde em algumas áreas a presença humana era identificada apenas pela existência de um estreito carreiro, sua casa, os animais e as áreas de roça e capoeira dispersas. Era principalmente nas florestas onde a erva-mate era escassa, como o caso da região de Fraiburgo, que o porco se destacava, tanto pela presença quanto pela importância para a economia de muitas famílias que habitavam a região.

2 - Criação de porcos “à solta”

A criação de suínos era comum no Brasil desde o período colonial. Essa forma de criação possivelmente era a responsável pela conservação e/ou disseminação da vegetação florestal, embora pudesse promover impactos na fauna local, ao competir com espécies nativas por alimento e espaço (DEAN, 2004, p. 91). Por ser um animal onívoro, o porco encontra maior variedade de alimentos disponíveis nas florestas em comparação com os herbívoros bois, cavalos e mulas, criados nas áreas de campos. Comiam de tudo: frutos caídos, sementes, raízes, relva e qualquer animal pequeno (CROSBY, 1993).

O ambiente favorável propiciou a muitos dos moradores do planalto encontrar na propagação do porco criado “à solta”, também conhecido como porco “alçado”, a principal fonte de renda, sobretudo para as famílias que não dispunham de grandes áreas de campos em suas terras.

Vivendo em um ambiente rico em fontes de alimento, as porcas poderiam ter grandes ninhadas, com mais de dez bacorinhos, ou seja, o porco era um animal de grande fertilidade e baixo custo de produção, pois para seu trato não se necessitava de nada além dos recursos disponíveis (CROSBY, 1993).

“Porco era que nem rato”, dizia Altino Bueno da Silva (2005), antigo morador da região do Vale do Rio do Peixe, sobre a abundância do animal na região. Para Valdomiro Monteiro (2010), nascido na região de Curitiba, “o porco criava à toa no mato, comendo fruta. Nasci em 1935, tinha muito porco naquela época, todo mundo tinha porco, criava nos terrenos dos vizinhos, dos fazendeiros”.

Juntamente com a abundância de recursos florestais disponíveis, outro fator que pode explicar a adoção do porco é sua capacidade de conversão de seu alimento em carne e banha, em comparação aos bovinos. Os porcos convertem cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo dos bois.¹ Tal fato fez com que a criação de porcos fosse considerada vantajosa, não apenas por exigir menos manejo, mas também pela capacidade de conversão de seu alimento em carne e banha, e com redução do tempo necessário para a comercialização, que poderia ser até de um ano. Vantagem da qual também os fazendeiros das áreas de campos se aproveitavam, utilizando para isso seus capões e florestas.

O conhecimento aprofundado de técnicas e estratégias, construídos historicamente pela população da floresta para o manejo das criações, conformou, nas palavras de Izabel Mendonça Faria (2005, p. 267), “a imbricação dessa população com o meio ambiente e, conseqüentemente, estabeleceu um alto grau de dependência em relação à manutenção dos mesmos”. Essa imbricação com a paisagem florestal, no entender da autora, “se expressa pela elaboração de técnicas dependentes de elementos do ambiente específico”, o que pode ser visto na adaptação das práticas de criação, agricultura e extrativismo aos recursos oferecidos e aos ciclos naturais. Havia todo um calendário formado pelos ciclos da natureza para a criação de porcos, seguido pelos criadores, que estavam fortemente amparados na produção do pinhão, semente da Araucária (*Araucaria angustifolia*), espécie predominante na Floresta Ombrófila Mista. É o que relata Valdomiro Monteiro (2010):

[...] quando começava a primavera vinham algumas frutas, como a guavirova, e aí terminava e vinha o butiá. O butiá dava a vontade, e cada cacho dava 20 quilos. Então os porcos comiam. Quando terminava o butiá vinha o pinhão, então tinha porco que nascia no mês de junho, julho, e quando chegava com um ano sem praticamente nenhuma despesa ele estava com 80, 100 quilos. Nem todos se desenvolviam tão bem. Escolhíamos alguns e trazíamos lá de Guarda-Mor, até Videira, caminhando para vender.

Inclusive as roças de milho, que poderiam ser plantadas para complementar a engorda dos porcos, dependiam do ciclo de amadurecimento do pinhão:

O milho era depois do pinhão, no mês de maio esperava colher, sempre depois da primeira geada. Alguns colhiam antes para tratar o porco, mas se usava muito milho porque o pinhão não dá todo ano. Dá bem no primeiro, no segundo nem tanto e no terceiro não dava nada, aí usávamos o milho.

Por circularem livremente, os animais eram diferenciados com cortes na orelha ou no rabo, no caso dos porcos, e de marcas ou cincerros nos outros animais, como bois e cavalos. Sebastião Andrade dos Santos (2006) menciona esse fato, assim como o respeito e o cuidado que os criadores tinham em relação aos animais de criadores próximos, embora eventuais furtos pudessem ocorrer. Era comum também, pela criação extensiva, que os animais se reproduzissem sem a assistência ou o conhecimento de seus proprietários. Caso esses não possuíssem sinal, eram considerados sem dono, como afirma Sebastião Andrade dos Santos (2006):

[...] quem pegava animal sem marca era dono. Meu pai, me lembro que reunia oitenta, cem porcos [...] no mato. Porco que nascia e se criava comendo no mato [...] Quem pegasse o animal sem sinal era dono, respeitava a criação pela marca. Um avisava o outro, cuidavam [...] tem um boi seu sangrando, machucado, picado de cobra.

Pelo fato de comumente reproduzirem-se sem o controle dos proprietários, não era raro o criador desconhecer o número exato de animais que possuía. Sebastião Celso Abrão (2005) conta que quando ia capturar os porcos assinalados encontrava, em muitos casos, as porcas acompanhadas de mais de uma centena de leitões. Por exemplo, o número exato de porcos possuídos por Joaquim Dias de Moraes, criador na localidade de Faxinal dos Carvalhos, atualmente localizado no município de Fraiburgo, foi alvo de discussão entre seus herdeiros, conforme consta no seu inventário elaborado em 1939, onde foram levantados 35 animais. Nos autos consta um ofício dirigido ao Juiz da Comarca de Curitiba em que os herdeiros discordavam do número de animais: “o número de porcos cremos ser maior que o declarado, mas, não o negamos, só com cuidadoso trabalho de procura, no mato, pode haver entrega do exato número” (INVENTÁRIO, 1938). No mesmo processo, outro ofício é enviado, desta vez para reclamar o estado de abandono em que se encontrava a criação de porcos do inventariado:

[...] os porcos pertencentes ao espólio, não estão sendo cuidados e, ha sete meses falecido o inventariado, os porcos que, então não tinham ainda marca ou sinal, não foram, posteriormente marcados; e a verdade é que facilmente se encontrarão na fazenda inventariada, o dobro ou o triplo dos porcos que foram declarados; e pertencentes ao espólio (INVENTÁRIO, 1938, fl. 86).

Nessa forma de criação, após alguns meses ou até anos criados soltos, os porcos eram capturados no meio do mato. Práticas de auxílio mútuo podem ser observadas nesta modalidade, em que o ato de arrebanhar os animais era facilitado pelo contato entre os moradores, que tinham o hábito de avisar ao proprietário caso avistassem criações deste em suas terras, como relata Miguel Lara Sobrinho (2005), morador da região de Fraiburgo: “cada um cuidava do seu porco, às vezes achava no vizinho, levava um para o outro. Às vezes andavam campeando, aí achavam o porco do outro vizinho e avisavam”.

Os animais poderiam ser destinados tanto à subsistência das famílias quanto à comercialização. Abetino Domingues dos Santos (2010), filho de posseiros da região de Lebon Régis que legalizaram as terras mais tarde, comenta que nas áreas da família eram cultivados trigo, milho e feijão, além de haver criação de porcos, porém estes eram “só para o gasto [...] criava soltinho, pouca coisa”. Caso fossem comercializados, depois de arrebanhados os animais eram confinados em uma encerra de milharal aberta em meio à floresta para continuar a engorda, ou em um mangueirão. Esses eram cercados para impedir a invasão dos animais soltos, conforme Miguel Lara Sobrinho (2006): “o pessoal criava porcos que iam por toda a parte [...]. Faziam as roças fechadas para engordar aqueles porcos. Era esse o sistema naquele tempo”.

Depois da engorda, os animais eram conduzidos a pé aos centros consumidores. Pelo fato de muitos porcos se tornarem bravios por permanecerem mais de um ano soltos, os criadores, para conseguir transportar a porcada em tropa, adotavam o seguinte método, aqui descrito por José Lindolfo Cordeiro Leite (2005):

[...] então pegava aqueles porcos de 3,4 anos, assim, porco criado no mato que nunca via gente. Então a gente tinha que costurar os olhos, bem costurado para ele seguir os outros que daí ele segue a tropa e não sai. Porque se não costurar ele não acompanha, daí ele vai pro mato e não há mais quem pegue.

Procedimento que, segundo Euclides Felipe (2000, p. 144), também era adotado por outros criadores da região, que “costuravam-lhe as pálpebras com fio de cedinho [crina cortada] ou pingavam-lhes uma gota de creolina nos olhos, a fim de deixá-los completamente cegos. Assim, os brutos seguiam a tropa só ‘pela bulha e pelo faro’”.

Eram os tempos do chamado “porco banha”, cuja produção desempenhou um importante papel na pauta geral das exportações catarinenses na primeira metade do século XX. O pinhão era o alimento principal desses animais, cuja abundância era inclusive destacada pela imprensa local. Uma reportagem veiculada no jornal *Cruzeiro do Sul*, de Lages, a partir de dados estatísticos do Estado entre 1892 e 1901, destacava o aumento na produção de banha e seu crescimento na pauta

econômica do Estado, passando de 16º a 6º produto mais exportado. Enfatizando a potencialidade da criação para o desenvolvimento da região, a matéria destacava o “pinhão, elemento alimentício natural para o gado suíno da Região Serrana, que consiste uma esperança viva para a prosperidade della” (CRUZEIRO, 1902, p. 1). A abundância do pinhão, bem como o aproveitamento para a criação de porcos, foi também ressaltada por Vieira da Rosa (1905, p. 336-341), em sua *Chorographia de Santa Catharina* que considerava a criação suína realizada no planalto mais lucrativa que a realizada no litoral, pois “nos annos em que abunda o pinhão, [...] o fazendeiro só tem o serviço de ir buscar ao capão o porco e matal-o”. Assim, “o pinhão é tão bom para tal fim, que um porco magro em princípios de abril pode ser morto em princípios de julho. Estará extremamente gordo”.

O crescimento na produção de banha relacionava-se, segundo Corrêa (1970, p. 89), à expansão do mercado consumidor, “que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras”. A partir do aparecimento dos primeiros frigoríficos, na segunda década do século XX, a criação de animais passou a visar também ao mercado nacional, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, que passavam por um processo intenso de urbanização, provocando um aumento no consumo de derivados de carne e banha. Os óleos vegetais eram então pouco utilizados, e sua produção, a partir de sementes oleaginosas, como no caso do azeite de dendê, visava a atender o consumo regional. A banha era um produto valorizado, servindo tanto para o cozimento quanto para a conservação de alimentos (VALENTINI, 2006). E os porcos criados soltos – como os da raça Macau, Caruncho, Tatu, Piau, Canastra e Canastrão, algumas das variedades rústicas de origem ibérica e asiática, introduzidas na região e amplamente disseminada entre a população planaltina – eram adaptados às condições locais, apresentavam resistência a doenças e facilidade de reprodução, o que os tornava próprios para a produção de banha (OLINGER, 1969).

Para os criadores de Curitiba e áreas próximas, o Vale do Itajaí era o principal destino desses animais (MONTEIRO, 2005). Outros rumavam para Porto União e mesmo Paraná (BURKE, 1994). Nas regiões de Lages, São Joaquim e parte norte do planalto do Rio Grande do Sul os animais poderiam descer as escarpas da Serra Geral para a venda nas regiões litorâneas e de colonização italiana do sul do Estado (SILVA, 2008). A abertura da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, acompanhando o curso do Rio do Peixe, principalmente a partir da década de 1920, abriu a possibilidade de mais um local para o escoamento da produção de porcos. Próximos às estações encontravam-se comerciantes que despachavam, via férrea, alfafa e suínos para o Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e para frigoríficos e pequenos produtores de banha e derivados de carne suína que se instalaram no Rio Grande do Sul, Paraná e no Oeste e Vale do Rio do Peixe de Santa Catarina. A partir de 1917 é formado no Paraná o frigorífico Matarazzo, em Jaguariaíva;

outros dois surgem em Ponta Grossa a partir de 1920. No Rio Grande do Sul são instalados frigoríficos em Maraú, Serafina Corrêa e Passo Fundo. Com a colonização dos vales do Rio do Peixe e Uruguai a partir da década de 1920, são formados frigoríficos como Frey & Kellermann e o Ponzoni, Brandalise & Cia nas localidades de Perdizes e Vitória, atual município de Videira (que se uniram na década de 1940, formando a Perdigão), o frigorífico Pagnocelli em Joaçaba, e frigorífico Sadia S/A em Concórdia (CORRÊA, 1970; ESPÍNDOLA, 1999), promovendo-se um aumento na demanda por porcos na região.

O *Indicador agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico*, publicado no ano de 1941, apresenta alguns dos principais produtores de porcos em cada município, separando-os também por localidades. Tanto em Curitibanos quanto em Campos Novos, eram as áreas de florestas os principais espaços de criação. Em Curitibanos, de que Fraiburgo se desmembrou na década de 1960, os principais criadores eram das localidades da Baía, Liberata, Posto e da sede municipal, enquanto em Campos Novos um dos maiores criadores encontrava-se em Perdizes, que na época constituía um núcleo de colonização (SANTA CATARINA, 1942).

Os Censos de 1940 e 1950 apontam para o crescimento no número de suínos no Estado. Em 1940 o número de animais era de 1.124.426, sendo que os municípios de Campos Novos, Caçador, Cruzeiro (Joaçaba) e Concórdia abrigavam 303.661 animais, tanto os criados por colonos, fechados em encerras, mangueiras ou chiqueirões, quanto os dos moradores que antecederam a colonização, cuja prática dominante era o regime “à solta” (IBGE, 1952, p. 260). Em 1950 esse número saltaria para 474.659.² Municípios como Curitibanos, Lages, Bom Retiro e São Joaquim, que ainda não haviam recebido fluxo considerável de colonos, possuíam, em 1940, 183.076 animais, que decaíram para 161.138, em 1950 (IBGE, 1956, p. 52). Embora o número de animais na região pudesse ser maior, pois, por serem criados à solta existiam muitos que se reproduziam livremente, essa queda pode também indicar uma redução nas florestas usufruídas em comum para a criação.

A atividade de criação à solta, nos moldes costumeiramente praticados, requeria amplas áreas; cada animal necessitava, como aponta Corrêa (1970, p. 93), de cerca de cinco hectares de floresta, ou seja, isto não pode coexistir com uma ocupação mais densa. “Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e à medida que o povoamento de colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas”. Assim, essa forma de criação passou a desaparecer em diversos espaços cujas florestas foram postas ao chão por colonos e pelas indústrias madeireiras.

3 – Colonização e exploração madeireira: desagregação da paisagem florestal

A colonização no Sul do Brasil, em geral, era vista pelos grupos políticos e econômicos como uma forma de se ocupar território de modo racional, povoando-se com seletividade para realizar a exploração econômica do solo. A ocupação dessas áreas, muitas delas ocupadas por posseiros, ocorreu de forma planejada – subvencionada e dirigida pelo governo, por companhias particulares de colonização ou proprietários de maneira individual. Em Santa Catarina, verificou-se a partir da década de 1920, de acordo com Eunice Sueli Nodari, a atuação de várias empresas colonizadoras pertencentes, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul, encarregadas de atrair pessoas para o povoamento da região, colocando “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente” (NODARI, 2009, p. 34).

A população posseira ficou alijada desse processo, cuja escolha por colonos “ordeiros” e “trabalhadores” incidiu sobre os teutos e ítalo-brasileiros estabelecidos, ao longo do século XIX, nos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, além do baixo custo da terra se comparado ao das áreas de colonização gaúchas, era possível a compra de terras contíguas, permitindo que as famílias permanecessem unidas – o que já não ocorria no Rio Grande do Sul –, fato que possibilitava também a esses grupos reproduzir ou adaptar às novas terras suas práticas socioculturais e de uso do espaço valorizadas em seu círculo (NODARI, 2009).

A colonização desestruturou o modo de vida anterior, fragmentando, pela apropriação da terra e expropriação dos posseiros, a base morfológica da população, em que práticas costumeiras de uso comum da floresta exerciam um importante papel. Encontramos a partir de então, de um lado, a atuação das companhias colonizadoras, amparadas pelo poder político e econômico, que destruíam e construía territórios, e do outro, a sociedade já existente, que disputava a preservação de seu território e de formas tradicionais de uso deste.

Pode-se imaginar que esses moradores esperassem que os colonos se adaptassem às suas práticas de uso da terra, demonstrando a disposição de se “enquadrar” de maneira semelhante ao que até então ocorria com a chegada de novos moradores que compartilhavam seus costumes. Entretanto os colonos, tanto de origem alemã quanto italiana, “formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção, e se necessária, a renegociação das suas práticas socioculturais” (BRANDT; NODARI, 2011). Dessa maneira, a paisagem até então habitada por posseiros ou mesmo proprietários com titulação das terras passou a sofrer modificações e remodelações ao longo dos anos seguintes. Ao se instalar nas terras, os colonos tratavam de derrubar a floresta para o cultivo, cuja produção era voltada à comercialização de seus produtos, principalmente o trigo e o milho, diferentemente das pequenas plantações da “roça cabocla”.



Figura 1 – preparação do terreno para o Plantio de trigo. Colônia Marechal Hindemburgo (atual Dez de Novembro, município de Fraiburgo), na década de 1930. Notem a floresta devastada ao fundo.
Fonte: acervo particular da família Steiner.

Com a apropriação privada da terra e o adensamento demográfico promovido pela colonização, passaram a ocorrer diversas situações de tensão, promovidas pela incompatibilidade entre as concepções de uso e acesso à terra de colonos e antigos moradores. Muitas delas relacionadas à questão da invasão dos animais criados à solta nas roças dos colonos. Relatos de colonos se queixando da invasão de porcos e outros animais criados à solta nas lavouras eram comuns, assim como a exigência para o cercamento dos animais. Isso fica claro no depoimento de Aristiliano de Oliveira Rocha (2006), criador de animais da região: “Cada um queria criar em cima do seu, outros criavam porcos, outros não queriam criar porcos, queriam fazer roça e foi incomodando, um incomodando o outro”. Sebastião Pires (2005) também relembra esse período: “era só o tempo de pôr a semente na terra e os porcos [...] iam lá, fuçavam e tiravam a sementeira”, o que resultava em reclamações por parte dos colonos: “É ... teu porco está na minha roça, arrancou toda a sementeira, então quer dizer que daí o dono do porco tinha que ir lá e dar a sementeira novamente”. Embora as medidas que obrigassem o cercamento das propriedades já estivessem expressas no Código Civil de 1916, tal prática não foi observada até a segunda metade do século XX, sobretudo em áreas onde a colonização se mostrava incipiente ou estava distante.

Conjuntamente ao processo de apropriação privada da terra para a colonização, havia na região a atuação de diversas indústrias madeireiras, cuja origem poderia ser de pessoas ou grupos que já atuavam ou haviam atuado no ramo madeireiro do Rio Grande do Sul ou de capitais, localmente acumulados ou transferidos para a região junto com seus proprietários (GOULARTI, 2002; NODARI, 2009). Até então o uso da madeira destinava-se principalmente às necessidades locais, extraída pelos próprios ocupantes da terra ou pelos “engenhos de serrar”, serrarias de pequeno porte cuja produção visava ao abastecimento local, principalmente para a construção de casas e galpões (CARVALHO, 2006).

A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande tornou possível e economicamente viável a instalação de um grande número de serrarias que acompanhavam seu traçado em meio à Floresta Ombrófila Mista do Paraná ao Rio Grande do Sul. As florestas do Vale do Rio do Peixe passaram a ser exploradas neste contexto, em virtude da facilidade de escoamento e da introdução de técnicas e máquinas cada vez mais modernas, acelerando-se a produção, destinada tanto ao mercado interno como externo (CESCO, 2004). Tal aumento de extração significava também o avanço sobre áreas cada vez mais remotas, à medida que escasseavam as madeiras economicamente viáveis próximas à ferrovia. As empresas madeireiras exploravam tanto os pinheirais antes ocupados por famílias posseiras quanto os encontrados em terras de grandes fazendeiros e herdeiros empobrecidos pela sucessiva divisão das terras, que viam na venda das árvores uma forma de complementar a renda. Para estes, a venda das árvores possibilitava “fazer dinheiro” rápido e fácil, além de expandir a área de criação bovina (THOMÉ, 1994). Embora o preço das árvores fosse considerado baixo, a quantidade de árvores envolvidas dava a impressão de se tratar de uma boa soma.

O gradual tecnicismo das serrarias – que passou a ocorrer com o desenvolvimento econômico das atividades – trouxe novas máquinas, como motosserras, caminhões para o transporte das toras e tábuas serradas e máquinas movidas a eletricidade, que resultaram na aceleração do processo de transformação da paisagem das florestas.



Figura 2 – imbuia centenária derrubada por uma motosserra da serraria René Frey & Irmão no ano de 1946.
Fonte: Museu Municipal de Fraiburgo

A colonização e exploração madeireira fizeram com que a paisagem predominante das áreas compreendidas pela floresta, que formavam a chamada “roça cabocla”, sofresse intensas transformações. Em curto intervalo, como demonstra Cesco (2004, p. 119), o processo seria responsável por introduzir o que seriam o “progresso” e o “desenvolvimento” na região – atividades que em pouco mais de duas décadas deixaram marcas profundas tanto na paisagem quanto no destino de diversas famílias excluídas do acesso e uso dos espaços e recursos naturais.

A população posseira, despojada de suas terras e dos espaços onde era possível o uso da terra em comum, acabou sendo forçada a optar entre dois caminhos: a inserção na nova lógica econômica, como agregados ou assalariados em alguma serraria, ou a busca de novas terras, cada vez mais distantes, onde pudessem se apossar de uma porção e permanecer com o costume da criação à solta. Os criadores proprietários de pequenas porções de terra, por sua vez, sentiam a redução cada vez maior dos espaços de uso em comum, o que impedia o livre trânsito dos seus animais, como indica Sebastião Celso Abrão (2005): “naquela época já tava acabando, daí não tinha mais madeira para dar fruta, foi mudando, daí os criadores foram vendendo por ali e não podia ter porco, daí foi acabando, hoje só fechado”.

Outro importante fator que culminou no declínio da criação à solta dos animais está relacionado ao contexto político e econômico do final da década de 1950. As mudanças políticas e econômicas, marcadas por maior intervenção do capital na agricultura e na vida dos produtores

História (São Paulo) v.34, n.1, p. 303-322, jan./jun. 2015 ISSN 1980-4369

rurais, dentro do que Reinaldo Lindolfo Lohn (2004, p. 48-49) apontou como uma “necessidade de eliminar formas antiquadas de trabalho para produzir ‘mais e melhor’”, também tiveram impacto no cotidiano das pessoas, tanto nos ambientes rurais quanto urbanos. Para o autor, a difusão do trigo e da soja trouxe novos hábitos alimentares. Uma dieta que associava proteína animal com óleos vegetais foi sendo incorporada em vários países em detrimento de antigos hábitos alimentares de caráter local. Assim, a banha passa gradativamente a ceder espaço aos óleos vegetais, principalmente o de soja, na alimentação, sobretudo nos setores urbanos. Nas empresas, o desenvolvimento econômico dos frigoríficos da região e as diversas inovações técnicas pelas quais estes passaram abriram “uma nova fase na criação, transporte e comercialização de suínos” (VALENTINI, 2004, p. 179). A partir de então, em ritmo cada vez mais intenso, novas raças passam a ser introduzidas com vistas a atender as novas demandas consumidoras que não mais exigiam o porco do tipo “banha”, confinadas em pocilgas e chiqueiros, ao modo dos colonos, deixando aos moradores que não se integraram à nova lógica a possibilidade de criar poucos animais, agora cercados em suas terras, apenas para a subsistência.

Considerações finais

O processo de mudanças na paisagem decorrentes da ação humana não pode ser avaliado de maneira independente das práticas sociais de determinado grupo, pois sua construção está associada ao contexto do grupo. A produção de um novo contexto, seja ele relacionado a aspectos naturais e/ou sociais, altera a paisagem, introduzindo novos objetos, valores, funções e intencionalidades no espaço (LUCHIARI, 2001).

No planalto catarinense, desde a ocupação das áreas de floresta, a partir da segunda metade do século XIX, a população que passou a ocupar os espaços florestais nos interstícios das grandes propriedades pastoris dos campos desenvolveu práticas condizentes com o meio em que vivia, com diversas técnicas para o manejo das plantas e animais. A criação de porcos “à solta” despontava, nesse contexto, como a principal responsável pela renda de muitas famílias e também por modelar a paisagem rural da região, em que se conservavam extensas faixas de floresta, compartilhadas em comum pelos moradores locais, fossem essas de proprietários com titulação legal, posseiros ou áreas sem ocupação.

A penetração neste espaço de mudanças, no processo de trabalho e nas relações sociais trouxe também transformações no espaço geográfico, tanto na forma quanto nas funções e nos processos. A colonização das terras devolutas no Vale do Rio do Peixe e Uruguai, se de um lado impulsionou a criação pela formação de um mercado consumidor, foi também a responsável, com a abertura de lavouras e a exploração madeireira, pela desagregação de diversos espaços florestais

Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra usufruídos em comum. A floresta, antes espaço de criação, passou a ser vista como um recurso a ser explorado, tanto em madeira, no caso das serrarias, quanto em seus solos, no caso dos colonos para a abertura de lavouras, fragmentando-se não apenas a paisagem florestal, mas também práticas costumeiras de uso da floresta e de seus recursos naturais. Às famílias posseiras ou àquelas que não se enquadraram na nova lógica de uso da terra, restou a marginalização e a exclusão, com seus descendentes passando a compor significativa parcela dos moradores das periferias das cidades da região.

Discutir o papel da criação de animais no Sul do País, nas áreas de florestas, como foi visto no artigo, ou nas áreas de campos (ZARTH; GERHARDT, 2009; PILLAR, 2009; BRANDT, 2012), demonstra a importância das relações entre humanos e animais no povoamento da região. São estudos que, embora estejam mais focados nas transformações ambientais desse ecossistema, podem servir de estímulo para a realização de novas pesquisas dentro da história dos animais no Brasil e na América Latina como um todo, de modo semelhante ao realizado pelos artigos organizados por Martha Few e Zeb Tortorici (2013) na obra *Centering animals in Latin American history*.

Referências

ABRÃO, Sebastião Celso. 59 anos. **Depoimento**, 28 set. 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, maio 2004, p. 9-32.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, ano II, n. 05, 1999, p. 79-94.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, 2011, p. 80-90.

BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação (Mestrado

em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio o Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, jan./mar. 1970, p. 87-98.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CRUZEIRO do Sul. Lages, ano 1, n. 33, 24 dez. 1902.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FARIA, Izabel Mendonça. et al. Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, Anita; PINEIRO, Diego (orgs.). **Agricultura latino-americana**: novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

FELIPPE, Euclides. O caminho das tropas em Curitiba. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira. et al. (orgs.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. v. XXXII: Santa Catarina.

FEW, Martha; TORTORICI, Zeb (orgs.). **Centering animals in Latin American history**. Durham: Duke University Press, 2013.

GOULARTI Filho, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estado de Santa Catarina**: censos econômicos. Tomo II. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956. v. XXVII (Série Regional).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. (Série Regional).

INVENTÁRIO de Joaquim Dias de Moraes. Comarca de Curitiba, caixa 23. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 1938.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense** – desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: Ufsc; FCC; Lunardelli; Udesc, 1988.

LARA SOBRINHO, Miguel. 77 anos. **Depoimento**, 26 abr. 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

LARA SOBRINHO, Miguel. 78 anos. **Depoimento**, 3 jan. 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. **Depoimento**, 2 out. 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub; Usp, 2001.

MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 70 anos. **Depoimento**, abr. 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 75 anos. **Depoimento**, 11 out. 2010. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

MORAN, Emilio F. Interações homem-ambiente em ecossistemas florestais: uma introdução. In: MORAN, Emilio F.; OSTROM, Elinor (orgs.). **Ecossistemas florestais**: interações homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edusp, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

OLINGER, Glauco. **Siga este livro e crie suínos**. 3. ed. Florianópolis: [s. n.], 1969.

PILLAR, Valério de Patta. et al. **Campos Sulinos** – conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

PIRES, Sebastião. 73 anos. **Depoimento**, 02 out. 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Ensaio, n. 23).

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

ROCHA, Aristiliano de Oliveira. 66 anos. **Depoimento**, 06 abr. 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SANTA CATARINA. **Indicador Agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

SANTOS, Abetino Domingues dos. 77 anos. **Depoimento**. 11 jun. 2010. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Sebastião Andrade dos. 56 anos. **Depoimento**. 4 set. 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SILVA, Altino Bueno da. **Depoimento**. 2005. Entrevistador: Marlon Brandt.

SILVA, Manoel Maria da. 69 anos. **Depoimento**. 15 abr. 2008. Bom Jesus. Entrevistador: Marlon Brandt.

THOMÉ, Nilson. **Ciclo da madeira: história e devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira de pinho na Região do Contestado no século XX – o caso de Caçador**. 1994. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 1994.

VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org.). **História faz história: contribuições ao estudo da história regional**. Concórdia: Ed. da UnC, 2006.

VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional: o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (orgs.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004.

VIEIRA DA ROSA, José. **Chorographia de Santa Catarina**. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1905.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Alten (org.). **Lavouras da destruição: a (im)posição do consenso**. Download gratuito, 2009. Disponível em: <http://ongcea.eco.br/?p=5355>.

Notas

¹ Segundo Paulo Fernando Lago (1988, p. 289) os bovinos necessitam de cerca de 20 quilogramas de alimento, como o feno e o milho, para a engorda em um quilograma, enquanto o porco necessita, para o mesmo ganho de massa, de apenas seis quilogramas de milho.

² Incluem-se nessa contagem os municípios de Videira, Tangará, Piratuba e Capinzal, emancipados na década de 1940 (FERREIRA, 1959).

Postal 181 – Chapecó, SC – Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento do CNPq.

Recebido em 06/02/2015

Aprovado em 23/03/2015